

# Todos querem saber: alguém governa o Brasil?

26 AGO 1987  
Financial Times

Depois de 21 anos de regime militar e de ossificação institucional, poucos poderiam esperar que a transição brasileira para a democracia se processasse rapidamente ou sem nenhum problema.

Contudo, o vazio de poder que surgiu nos seis meses que se seguiram à instalação do novo Congresso, que funciona como Assembléia Constituinte, está tendo um efeito prejudicial sobre a credibilidade do País. Tanto dentro do País como no exterior, os que devem tratar com os líderes políticos do Brasil estão cada vez mais perplexos, sem saber quem governa o País, se é que existe algum governante. Além disso, a constante luta entre o presidente José Sarney e os líderes do Congresso — divididos aliás entre si — não deixa nenhuma impressão clara a respeito de possíveis decisões políticas cruciais iminentes.

A luta política interna não poderia ter vindo numa hora pior. Internamente, os ganhos reais declinaram,

as taxas de juro atingiram níveis recordes de alta e a desilusão com a democracia está aumentando. Isso levou à recente sugestão insólita, feita por um grande líder industrial, segundo a qual os industriais poderiam aderir a um dia de greve nacional contra a inércia do governo, convocada por sindicatos trabalhistas.

No exterior, o Brasil está apenas começando as cruciais negociações para o reescalonamento de sua pesada dívida de US\$ 113 bilhões. A única posição comum compartilhada pelos políticos brasileiros é a de que qualquer tipo de monitoração intensiva de economia por parte do Fundo Monetário Internacional é inaceitável.

A origem desta perspectiva política cada vez mais imprevisível do Brasil remonta à morte do presidente eleito Tancredo Neves, às vésperas de sua posse, em 1985.

Embora eleito por um colégio eleitoral e não pelas urnas, sua habilidade na formação da coalizão confirmou tanto sua com-

petência política como sua legitimidade como o primeiro presidente civil desde 1964.

Como um contrapeso de direita à chapa democrata-social de Tancredo, o vice-presidente Sarney, elevado à Presidência devido à morte de Tancredo, vem lutando para ser também reconhecido como competente e legítimo. Mas Sarney não foi muito favorecido pela briga dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) — que tem maioria em ambas as Câmaras do Congresso e oficialmente é o sustentáculo do governo de coalizão — que repetidas vezes minou suas decisões, desafiou suas iniciativas políticas e questionou suas nomeações. Embora parcialmente explicável por causa do interregno constitucional, esta frustração de Sarney é devida também em grande parte à simples subversão de pretendentes do poder.

Entretanto, o próprio Sarney contribuiu para sua insegurança ao insistir em que fosse inscrito na nova Constituição o apoio do par-

tido para um mandato presidencial de cinco anos. Talvez um terço do PMDB não concordaria com esta prova de lealdade.

Para aumentar a incerteza geral, o Congresso elaborou um primeiro projeto de Constituição de pouco menos de quinhentos artigos e cerca de 5 mil emendas das potenciais — muitas delas contraditórias.

Mas, embora o quadro pareça sombrio, existem algumas migalhas de alívio. Em primeiro lugar, o Brasil ganhou finalmente com Bresser Pereira um ministro da Fazenda confiável, com uma estratégia razoavelmente coerente, tanto em relação à dívida quanto em relação à economia interna, embora esse programa esteja sendo recebido com muito ceticismo político. Em segundo lugar, existem sinais de um crescente consenso extra-governamental de que o tradicional sistema paternalista federal deve ceder lugar às forças da livre iniciativa, à livre negociação coletiva e à descentralização.

Por último, existem for-

tes indícios de que o Congresso e o próprio PMDB estão começando a polarizar-se numa ala direita e numa ala esquerda. Em vez de continuar buscando um consenso sempre mais ilusório, Sarney poderá pensar em incentivar essa divisão, criando um partido do presidente a partir de seu grupo natural de centro-direita, que controla uma maioria no Congresso.

O teste de lealdade poderia consistir não na questão do mandato presidencial mas num programa coerente. Isso poderia concentrar-se no apoio à política econômica de Bresser Pereira e num compromisso mais claramente articulado de substituir a economia centralizada e as empresas estatais por um governo com menor domínio em outras áreas e mais concentrado na solução dos problemas sociais do Brasil. Mesmo que o preço dessa estratégia tão radical fosse um mandato mais breve, Sarney poderia pelo menos vangloriar-se de ter governado durante um período de genuína modernização e transição.